

Retratos dos três primeiros infantes da Íncлита Geração, segundo Zurara e Rui de Pina (séculos XV-XVI)

Portraits of the first three infants of the Illustrious Generation,
according to Zurara and Rui de Pina (15th-16th centuries)

Jerry Santos Guimarães

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Discutimos a maneira como os cronistas-mores Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina descreveram os corpos e as virtudes dos três primeiros infantes avisinios: D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique. Para tanto, buscamos demonstrar quais *topoi* efrásticos, preceituados pela instituição retórica, foram atualizados pelos cronistas com o objetivo de oferecerem retratos vívidos e verossímeis desses príncipes. Concomitantemente, analisamos em que medida, no Portugal dos séculos XV e XVI, a *descriptio* e a *evidentia* foram utilizadas na escrita da história como meios de persuasão e garantias da verdade.

Palavras-chave: Historiografia portuguesa – crônica; Literatura portuguesa – séculos XV-XVI; Instituição retórica; Écfrase; Dinastia de Avis

Abstract: We discuss the way in which chief chroniclers Gomes Eanes de Zurara and Rui de Pina described the bodies and virtues of the first three Aviz infants: D. Duarte, D. Pedro and D. Henrique. In order to do so, we seek to demonstrate which ekphrastic *topoi*, precepted by the rhetoric institution, were updated by both chroniclers with the goal of offering vivid and verisimilar portraits of those princes. Concurrently, we analyze to what degree, in Portugal in the 15th and 16th centuries, *descriptio* and *evidentia* were used in the writing of history as means of persuasion and guarantees of truth.

Keywords: Portuguese historiography – chronicle; Portuguese literature – 15th-16th centuries; Rhetoric institution; Ekphrasis; Aviz dynasty

D. JOÃO, INFANTE DE PORTUGAL
 Não fui alguém. Minha alma estava estreita
 Entre tam grandes almas minhas pares
 (Fernando Pessoa, *Mensagem*)

Introdução

Da constituição física de D. Dinis (1261-1325), nada disseram as crônicas coevas, inclusive uma que foi composta por seu filho, D. Pedro Afonso (1287-1354), conde de Barcelos: a *Crónica Geral de Espanha de 1344* (PIZARRO, 2008, p. 273). A primeira descrição das feições corporais do rei-trovador é do século XVIII, feita por D. António Caetano de Sousa (1674-1759), na sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*: “Foy [D. Dinis] de estatura proporcionada, cabellos negros, o rosto cheyo mais de Magestade, que de gentileza” (SOUSA, 1735, p. 211). Ora, em 1938, aquando da abertura accidental do túmulo do monarca, verificou-se, pela análise da sua caveira, que seu rosto era estreito, e não “cheio”. Ademais, os restos mortais do rei, mesmo após seis séculos, conservavam ainda partes da pele e dos pelos, o que permitiu que se constatasse que D. Dinis era ruivo (PIZARRO, 2008, p. 274).

Segundo Isabel Mota (1989, p. 109, grifo dela), D. António Caetano de Sousa, para construir uma imagem sempre majestática dos reis portugueses, de D. Afonso Henriques (1109-1185) a D. João V (1689-1750), louvou não apenas suas virtudes, mas também seus aspectos físicos: “A *essência real é assim imanente à aparência real, inscreve-se nela*”. Desse modo, ao tratar de D. Dinis, o clérigo teatino preocupou-se em descrever sua *persona* em conformidade com sua condição régia, que, necessariamente, deveria condizer com seu corpo físico: bem proporcionado e com um rosto pleno de majestade.

Fernão Lopes (138? - c.1460), primeiro cronista-mor da Casa Real de Avis, buscou legitimar a ascensão dessa dinastia, fundada por D. João I (1357-1433), através da escrita da história. Não surpreende, pois, que, em vários passos da crônica do antecessor imediato de D. João I, D. Fernando (1345-1383), Lopes condene o seu governo. Contudo, o cronista não desconsidera o fato de que D. Fernando fora rei. No prólogo da crônica desse soberano, Lopes (2004, p. 3), logo depois de se referir à entronização de D. Fernando, assim descreve suas feições corporais: “Avia bem composto corpo e de rrazoada altura, fremoso em parecer e muito vistoso, tall que estando acerca de muitos homens, posto que conhecido nom fosse, logo o julgariam por rrei dos outros”. A alcunha pela qual D. Fernando ficou conhecido na posteridade, o *Formoso*, foi-lhe, portanto, dada por Lopes: seu régio corpo, bem proporcionado e belo, diferenciava-o de todos os outros homens.

No decurso do seu reinado, porém, devido a “maus conselheiros”, com destaque para sua esposa, D. Leonor Teles (c.1350-139?), cognominada a *Aleivosa* por Lopes, D. Fernando entrou precocemente em decrepitude, morrendo, com apenas 38 anos, “mui desasemelhado de quando ell começou de rreinar; ca ell estonce parecia rrei antre todollos homens ainda que conhecido

nom fosse, e agora era assi mudado que de todo ponto nom parecia aquelle” (LOPES, 2004, p. 591). À decadência da majestade de D. Fernando correspondeu, pois, a degeneração prematura do seu corpo físico.

Tanto Fernão Lopes quanto D. António Caetano de Sousa escreveram durante a vigência da instituição retórica, que teve início com os gregos antigos e durou até o fim do século XVIII, quando o romantismo subjetivou as práticas do discurso (HANSEN, 2019b). Aristóteles (1998, p. 75-80) ensina que, através da retórica epidíctica, o enunciador, valendo-se especialmente de amplificações, elogia o belo, a virtude e a honra, e censura os seus contrários. Já na *Ética a Nicômaco*, onde trata do caráter voluntário ou involuntário das ações virtuosas e viciosas, o *Estagirita* tece algumas considerações sobre o corpo: não se deve vituperar os que “são feios por natureza”, mas sim os “que o são por falta de exercício e cuidado [...]. Dos vícios do corpo, pois, os que dependem de nós são censurados e os que não dependem não o são” (ARISTÓTELES, 1973, p. 287-290).

As *vantagens e desvantagens do corpo*, como preceituam Cícero (CICERÓN, 1997, p. 311) e o desconhecido autor da *Retórica a Herênio* (ANÔNIMO, 2005, p. 161-167), integram a tríplice divisão do elogio e da censura, juntamente com as *coisas externas* – aquelas que derivam do acaso ou da fortuna – e as *virtudes ou vícios do ânimo* (ou *da alma*). A proporção natural, a força, a agilidade e a saúde, por exemplo, constituem a beleza de um corpo, segundo ambos os retores latinos, que alertam ainda que tais atributos físicos só merecem ser louvados quando utilizados de forma virtuosa. Num vitupério, por outro lado, o Anônimo aconselha, como Aristóteles, que se diga que a *persona* “carece não só de beleza, mas de todas as outras vantagens [do corpo], por sua própria culpa e intemperança” (ANÔNIMO, 2005, p. 165-167). Isto é, a um vício do ânimo – a intemperança – correspondem vícios do corpo, como a fealdade, a desproporção, a fraqueza, a falta de agilidade e uma suscetibilidade maior a doenças. Segue-se daí, segundo João Adolfo Hansen (2004, p. 394), que “a deformidade física alegoriza a deformação da alma”.

De acordo com Hermógenes (*apud* HANSEN, 2019a, p. 266-267), é através da *ékphrasis* (em grego; *descriptio*, em latim) que o orador busca, por meio de uma descrição detalhada, “pôr diante dos olhos” do seu público, com vividez (*enargeia* em grego; *evidentia*, em latim), uma coisa ausente, levando em conta sua beleza, sua utilidade e seu caráter extraordinário.

Interessa-nos, aqui, tratar da descrição de pessoas (*prosopografia*) e de seus caracteres (*etopeia*). Cabia ao enunciador – orador, poeta ou historiador –, através da invenção, atualizar as tópicos correspondentes, com palavras adequadas. Esperava-se que autor e público, constituído por destinatários aptos, compartilhassem de uma mesma “memória dos *topoi*”, o que habilitaria o auditório a julgar a engenhosidade do enunciador no que respeita à *descriptio* de determinada *persona* (HANSEN, 2019a).

A *demonstratio*, parte do discurso em que a causa do orador obtém credibilidade, autoridade e solidez por meio da argumentação, segundo Cícero, envolvia, entre os antigos latinos, uma certa teatralização (CICERÓN, 1997, p. 130-134). O orador, no momento da pronúncia, apontava, diante dos seus ouvintes, para um objeto inexistente, que, através de suas palavras, buscava tornar visível (*enarges*). A *enargeia* era, pois, o fim da *ékphrasis* (GINZBURG, 1991, p. 220-223).

Plutarco e Luciano de Samósata, emulando o *topos ut pictura poesis* horaciano, prescreveram o *ut pictura historia*, que sugere ao historiador a imitação de um pintor através de uma narração vívida, capaz de “mostrar” os fatos e personagens aos seus leitores e ouvintes, de modo que estes se transformassem em testemunhas e, mesmo, em participantes dos eventos (CARDOSO, 2019, p. 172-174; SINKEVISQUE, 2013, p. 56). Temos, nesse caso, uma écfrase narrativa, que mescla ação e tempo¹ (RODOLPHO, 2014, p. 97). Assim, ao “pôr diante dos olhos” – isto é, dos “olhos incorporais da mente” (HANSEN, 2019b, p. 183) – do seu público, com vividez, aquilo que narrava, o historiador valia-se da écfrase como garantia da verdade e meio de persuasão, numa atitude comparável ao gesto retórico da *demonstratio* do orador (GINZBURG, 1991, p. 222-223).

Vimos alguns *topoi* epidícticos relacionados às vantagens e desvantagens do corpo. Cícero estende-se um pouco mais sobre o assunto. É justamente ao tratar da *demonstratio* que ele expõe alguns atributos gerais das *personae* que podem ser atualizados verossimilmente. No segundo deles, *natureza humana*, Cícero especifica que *qualidades naturais da mente e do corpo* podem ser objeto de louvor ou vitupério: se a pessoa em questão é forte ou fraca, alta ou baixa, bonita ou feia, ágil ou lenta, inteligente ou torpe, se tem boa memória ou é esquecida, se é cortês ou grosseira etc. O quarto atributo refere-se à *condição* social da *persona*, e, o quinto, à sua *maneira de ser*, que inclui vícios e virtudes (CICERÓN, 1997, p. 130-134).

Já o autor da *Retórica a Herênio* ensina que a descrição do corpo de alguém, desde que feita com brevidade e clareza, pode ser proveitosa e encantadora, uma vez que se constitui num ornamento de sentença, ou de pensamento, que confere dignidade ao discurso. Trata-se da *effictio* – efígie, ou retrato –, onde são destacados, para o reconhecimento de uma pessoa, a coloração da pele, a altura, a cor e o tipo de cabelo, a cor dos olhos e a presença de algum sinal, como uma cicatriz. A idade do retratado pode ser apenas sugerida: “encurvado, de cabelos grisalhos”, para indicar velhice, por exemplo (ANÔNIMO, 2005, p. 299-301).

Dentre os *topoi* prosopográficos e etopeicos acumulados no decorrer da instituição retórica, limitamo-nos àqueles que tratam do louvor do príncipe. Elogiar um soberano durante a vigência de tal instituição implicava, necessariamente, em elogiar seu corpo físico e suas virtudes (CURTIUS, 1979, p. 188-189). O enunciador, obedecendo de forma engenhosa as preceptivas que elencamos acima, exaltava tanto a maneira pela qual o príncipe usou seu corpo para demonstrar virtudes, como as virtudes que ele encarnava, plasmadas, por vezes, em suas feições corporais.

Volvamos a Hermógenes (*apud* HANSEN, 2019a, p. 267). Para ele, a matéria modela o estilo da écfrase: “se a coisa é florida, o discurso o será também, se é seca, será do mesmo modo”. Tal procedimento concorda com o conselho aristotélico de adequar o estilo ao assunto para que, no caso do elogio, o emissor suscite admiração no público (ARISTÓTELES, 1998, p. 189-191). Assim, numa descrição de homens superiores – ou, segundo o *Estagirita*, “melhores do que nós”, porque mais virtuosos (ARISTÓTELES, 2008, p. 39-40) – a própria écfrase, para não ferir o decoro, deveria ser elaborada em estilo elevado, também chamado de grave, ou sublime (LAUSBERG, 2011, p. 271-272).

¹ A écfrase, na retórica antiga, não era entendida como uma descrição estática, pois ela exigia a menção aos fatos implícitos na cena para torná-la ainda mais vívida (RODOLPHO, 2014, p. 98).

Neste artigo, ocupamo-nos do elogio feito por cronistas-mores da Dinastia de Avis, nos séculos XV e XVI, a três príncipes dessa família. Tomando como mote a comemoração dos 450 anos da publicação d'*Os Lusíadas*, de Camões, que imortalizou, para os filhos de D. João I e de D. Filipa de Lencastre (1360-1415), a alcunha de *Ínclita Geração* (CAMÕES, 2018, p. 261), analisamos a maneira como Gomes Eanes de Zurara (c.1404-c.1474) e Rui de Pina (c.1440-1522) louvaram, através da atualização de *topoi* efrásticos, as feições corporais e as virtudes dos três primeiros infantes avisinos: D. Duarte (1391-1438), que chegou a rei, D. Pedro (1392-1449), duque de Coimbra, e D. Henrique (1394-1460), duque de Viseu. Optamos por seguir a ordem de nascimento dos príncipes, de modo que nossa exposição começará com Pina, que fez a *descriptio* prosopográfica e etopeica de D. Duarte e de D. Pedro, e, a seguir, centrar-nos-emos no cronista anterior, Zurara, que, sob esse aspecto, foi o primeiro a retratar D. Henrique².

O Eloquentes

D. Duarte não nasceu para ser rei. Um ano antes dele, em 1390, nascera o primogênito régio, batizado Afonso, nome de monarca por excelência na Península Ibérica – nome, pois, apropriado ao primeiro herdeiro de uma dinastia de “origem defeituosa”. Como D. Afonso morreu com cerca de dez anos, o próximo na linha de sucessão era D. Duarte, que contava nove anos. Além de não ter sido, até então, educado para ser rei, D. Duarte já tinha idade suficiente para compreender que só o seria em decorrência de uma tragédia familiar (DUARTE, 2005, p. 28-35).

Pode-se dizer, no entanto, que teve um longo “estágio régio”. Desde cerca de 1411, com os preparativos para a tomada de Ceuta, até a morte do pai, em 1433, D. Duarte esteve associado ao trono, ocupando-se dos assuntos de justiça, de administração e de fazenda. Seu reinado, porém, foi curtíssimo, já que morreu, vitimado pela peste, em 1438, cinco anos apenas após empunhar o cetro (DUARTE, 2005, p. 60-86, 252-269).

Convém destacar o papel de D. Duarte na promoção da escrita da história na corte portuguesa. Quando ainda era infante, segundo Zurara (1992, p. 44), ele encomendou a Fernão Lopes a escrita das crônicas de todos os reis de Portugal, de D. Afonso Henriques ao seu pai. Já rei, D. Duarte instituiu formalmente o cargo de cronista-mor, delegando-o a Lopes, em 1434 (SERRÃO, 1972, p. 42). Só viveu, no entanto, para ver concluídas as crônicas que abrangiam até o reinado do seu avô, D. Pedro I (1320-1367). As demais – a de D. Fernando e as duas partes da de D. João I – seriam compostas por Lopes durante a regência do infante D. Pedro (AMADO, 1997, p. 52-53).

E quanto à *Crônica de D. Duarte*, foi mesmo Rui de Pina quem a escreveu? A polêmica remonta ao século XVI. João de Barros (c.1496-1570) diz que foi Zurara (BARROS, 1988, p. 69). Damião de Góis (1502-1574), por seu turno, defende que o “texto substancial” da crônica é de Fernão Lopes, tendo Zurara lhe acrescentado “razoamentos da ida de Tanger” e “ho enterramento del Rei dom Ioam” (GÓIS, 1926, p. 91-93). Provavelmente ambos estão, em alguma medida, certos. Afinal,

2 A éfrase que Pina (1977a, p. 791-793) fez de D. Henrique baseou-se na de Zurara (1973, p. 21-25), composta meio século antes.

o aproveitamento dos escritos de um cronista por outro era comum na época. Como qualquer funcionário da burocracia régia, o cronista dava continuidade ao trabalho iniciado pelo seu antecessor, deixando algumas crônicas prontas e outras adiantadas (DUARTE, 2015, p. 36-37).

A *compilatio* era o principal método utilizado pelos cronistas medievais para a escrita da história, especialmente quando não dispunham de testemunhas dos eventos a serem narrados. Assim, eles aproveitavam e adaptavam textos alheios, traduziam livremente, com comentários, e, por fim, acrescentavam algo de seu (GUENÉE, 2017, p. 595; HARTOG, 2017, p. 222).

Foi fazendo uso da compilação que Pina escreveu a *Crônica de D. Duarte*, dentre outras. Embora a sua atuação historiográfica tenha começado no reinado de D. João II (1455-1495), de quem foi escrivão da câmara, notário e embaixador, foi só com D. Manuel (1469-1521), em 1497, que Pina assumiu o cargo de cronista-mor. As duas primeiras crônicas que ele escreveu foram as de D. Afonso V (1432-1481) e de D. João II, que já estavam prontas em 1504. A de D. Duarte foi composta logo a seguir (GOMES, 1993; SERRÃO, 1972, p. 103-104).

No prólogo da *Crônica de D. Duarte*, dirigindo-se a D. Manuel, Pina louva a história, “mui liberal Princesa de todo bem”, por fornecer exemplos de “virtudes spirituaaes, e corporaaes”, atualizando assim o *topos historia magistra vitae*. Elogia ainda D. Manuel por ter encomendado a escrita da história – a melhor das sepulturas – do seu avô, D. Duarte, “muy sclarecido Principe”, para que sua “virtuosa memoria” não caísse no esquecimento, mas ficasse como exemplo aos seus sucessores. O cronista aproveita para lembrar ao público que D. Manuel tornara-se rei por “legitima, e natural socessam” (PINA, 1977b, p. 487-488). D. Manuel era filho caçula do infante D. Fernando (1433-1470), secundogênito de D. Duarte. Com a morte, sem filhos legítimos, de D. João II, o próximo na linha de sucessão, após uma série de intrigas e reviravoltas, acabou sendo o seu primo, D. Manuel – por essas e outras chamado de *o Venturoso* (COSTA, 2005, p. 49-94). Por fim, Pina (1977b, p. 487-488) conclui seu prólogo com o *topos* da modéstia afetada, alegando que, apesar da sua “rudeza” e do seu “pouco saber”, qual súdito leal, viu-se obrigado a obedecer o monarca e escrever a crônica que lhe fora encomendada.

O primeiro capítulo narra a morte e o sepultamento de D. João I, e, o seguinte, a entronização de D. Duarte (PINA, 1977b, 489-494). Detenhamo-nos no terceiro, no qual o cronista trata “Das feiçoões corporaaes, virtudes, e costumes d’ElRey Dom Duarte” (PINA, 1977b, p. 494-495). Lembramos, com base em Ernst Kantorowicz (1998), que Pina descreve aqui o corpo natural de D. Duarte, suscetível a doenças, à velhice e à morte. A ideia do corpo político do rei, contudo, não era estranha ao cronista: nessa mesma obra, Pina (1977b, p. 566-567) se refere a D. Duarte como “cabeça e senhor” da “Republica de Portugal”.

Se, nas crônicas anteriores, Pina louvara os soberanos no final da história, na *Crônica de D. Duarte* ele optou por uma *dispositio* inversa: afirmando ancorar-se na autoridade da maioria dos “hystoricos”, ele traz sua descrição laudatória para o começo da crônica. Vejamos, pois, o retrato oferecido por Pina (1977b, p. 494) do monarca que ele próprio alcunhou de *o Eloquent*:

[...] he de saber que ElRey Dom Duarte foi homem de boa statura do corpo, e de grandes e fortes membros: tynha o acatamento de sua presença muy gracioso, os cabellos corredios, ho rostro redondo e alguñ tanto enverrugado, os olhos molles, e pouca barba; foi homem

desenvolto, e costumado em todas as boas manhas, que no campo, na Corte, na paz, e na guerra a hum perfeito Príncipe se requeressem.

Temos, pois, um corpo bem proporcionado e dotado da força e da agilidade necessárias à prática das “manhas” expectáveis em um príncipe, como a seguir o cronista explica: D. Duarte cavalgava bem, desde mancebo era “boão lutador”, e, além disso, “foi caçador, e monteiro, sem myngoagem quebra do despacho”. Quer dizer, a caça, que tanto distinguia o nobre em seu ócio quanto o preparava militarmente em tempos de paz, foi praticada por D. Duarte moderadamente, de forma que não atrapalhava as suas obrigações enquanto infante associado ao trono e, posteriormente, como rei. A temperança do soberano era perceptível ainda “no comêr, e beber, e dormir [...] e asy dotado de todas as outras perfeiçoões do corpo, e d’alma” (PINA, 1977b, p. 494-495).

Como convinha a um rei cristão, D. Duarte “foy Príncipe muy Catholico e amigo de Deus”: recebia os sacramentos piedosamente e realizava obras de misericórdia (PINA, 1977b, p. 495).

À força física, bem utilizada nas “manhas” nobres, aliava-se, na *persona* de D. Duarte, o amor “de sciencia de que teve grande conhecimento”. O rei, que “foi, e nacêo natural eloquente”, era um ávido leitor de “boões livros”, destacou-se na gramática e na lógica, e deixou produção literária: o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* e o *Leal Conselheiro* (PINA, 1977b, p. 495). Pina atualiza aqui o *topos sapientia et fortitudo*: seu elogiado era dotado tanto de sabedoria, virtude da alma, metaforizada pelas musas e por Apolo, quanto de força militar, virtude do corpo, personificada por Marte (CURTIUS, 1979, p. 184-189). D. Duarte superava, pois, o preconceito da nobreza ibérica quatrocentista que, via de regra, opunha as letras às armas (RUSSELL, 1978). Feito cavaleiro por sua atuação na conquista de Ceuta, em 1415, o *Eloquente* foi também um dos principais exemplos de rei letrado na Idade Média portuguesa (NORTE, 2020, p. 353-394).

Não nos iludamos, contudo. A exaltação de Pina a D. Duarte praticamente se restringe a essa *descriptio*. Na maior parte da crônica – curta, com 44 capítulos apenas – o que se vê é o retrato de um rei indeciso, pusilânime e tíbio. Assim, a *sapientia et fortitudo* amplificadas no panegírico são, logo depois, consideravelmente diminuídas, especialmente devido às responsabilidades do rei, de acordo com Pina, na desastrosa tentativa de conquistar Tânger, em 1437, que resultou na prisão e morte de D. Fernando (1402-1443), o *Infante Santo* (SOUSA, 1984, p. 420-421). Mais de 70% da crônica, aliás, ocupa-se desse episódio e, no restante, D. Duarte aparece pouco, e aparece mal (DUARTE, 2005, p. 18).

Isso possivelmente explica o fato de Pina ter louvado o rei no começo da crônica. No final, não seria tão persuasivo. Ainda assim, no próprio elogio, o cronista encontrou espaço para, sutilmente, apontar o que talvez tenha sido, consoante a visão da época, alguma deficiência corpórea e anímica do soberano. Como ler, afinal, o rosto enrugado e os “olhos moles” de D. Duarte senão como sinais de um envelhecimento precoce, provocado pela melancolia de que o próprio monarca confessou ter sofrido? O historiador Luís Miguel Duarte (2005, p. 89) aponta duas possibilidades de significado para a expressão “olhos moles”: uma, física, que poderia se referir, segundo alguns psiquiatras, a pregas de pele que podem se formar, em pessoas depressivas, acima dos olhos; outra, psicológica, numa alusão “ao olhar baço, sem vida, dos que perderam a esperança”. Nos dois casos temos o retrato de um rei triste.

É preciso lembrar que, assim como Lopes fizera em relação a D. Fernando, Pina, por retratar um rei, exaltou o que era possível. Além disso, D. Duarte era avô do encomendador da crônica, D. Manuel, e raiz da sua legitimação no trono. Assim, o cronista restringiu os louvores à parte adequada da história, amplificando as virtudes do corpo e da alma de D. Duarte, mas não deixou de narrar, para o benefício do seu público, as qualidades indesejáveis em um monarca presentes na *persona* do *Eloquente* (SOUSA, 1984, p. 420).

O das Sete Partidas

O olhar de Pina sobre o segundo dos infantes de Avis é bem diverso daquele dedicado a D. Duarte. Mais da metade da *Crónica de D. Afonso V* tem a D. Pedro como protagonista, o que não é de se estranhar: além de regente do reino (1439-1448), ele foi tutor e sogro de D. Afonso V.

O cronista não esconde sua grande admiração pelo duque de Coimbra. No capítulo 2, por exemplo, ele assevera que “ho Yfante Dom Pedro, como Pryncepe a que das Cerimonyas Reaaes e das outras cousas, em que cabya descriçam e virtude nada s’escondeo”, presidiu o ritual de aclamação de D. Afonso V, e, “com grande reverença, e muyto acatamento”, com suas próprias mãos sentou o régio sobrinho, de apenas seis anos, no trono (PINA, 1977a, p. 588). Depois de narrar a revolta do povo de Lisboa, em 1439, a favor da regência única de D. Pedro, até então compartilhada com a rainha viúva, D. Leonor de Aragão (c.1405-1455), Pina destaca a prudência do duque de Coimbra ao só aceitar tal cargo após a aprovação em cortes. D. Pedro jurou, perante os representantes dos três estados, reger bem o reino e entregar sua governação a D. Afonso V quando este atingisse a maioridade, aos 14 anos. A seguir, o cronista pondera: “E certo o Yfante Dom Pedro o fez assy sempre bem, e como devya, que para ser louvado sobre todolos Pryncepes de seu tempo, nom lhe falleceo se nom ser Rey” (PINA, 1977a, p. 639). Devido a um mero acaso de ordem de nascimento, portanto, D. Pedro não fora rei. Não lhe faltava, contudo, majestade para tal mister, o que foi bem demonstrado pelo infante durante sua turbulenta regência, agindo sempre com temperança (PINA, 1977a, p. 639).

Seguem-se os conluios, liderados pela rainha D. Leonor e por D. Afonso (1377-1461), bastardo de D. João I, feito duque de Bragança por D. Pedro. Em janeiro de 1446, o rei alcançou a maioridade e o regente convocou cortes imediatamente para entregar-lhe o governo. A arenga foi feita em nome do infante pelo doutor Diogo Afonso Mangancha, que, ao final, ajoelhado, “com rostro muy allegre”, entregou nas mãos de D. Afonso V a “vara da justiça” (PINA, 1977a, p. 696). O monarca, por seu lado, através do mesmo doutor Mangancha, louvou muito o governo do seu tio, a quem agradeceu publicamente, e declarou, segundo Pina, que “nunca algum Pryncipe fora no mundo com tanto amor e em tanta perfeiçam criado, nem em manhas e costumes Reaes tambem ensynado, nem com tanta lealdade e obedyencia servydo e tratado”, como ele o fora por D. Pedro. Em virtude disso, e da sua pouca idade, o rei estendeu a regência petrina, “atée elle se sentir em desposyçam pera per sy soo o poder fazer” (PINA, 1977a, p. 697).

Tal decisão, aliada ao casamento do monarca com a filha de D. Pedro, D. Isabel de Coimbra (1432-1455), irritou o partido contrário ao regente, que se acercou de D. Afonso V e, alegando que o sogro não lhe devolveria o governo, convenceu o rei, então com 16 anos, a pôr fim à regência, em julho de 1448. Mesmo assim, os partidários do duque de Bragança não se deram por satisfeitos: acusaram o ex-regente de, “com cobyça de reynar”, ter mandado envenenar D. Duarte, D. Leonor e o infante D. João (1400-1442), dentre “outras muytas abomynações” (PINA, 1977a, p. 703).

Persuadido, D. Afonso V, para maior abatimento do estado de D. Pedro, isolou-o em seu ducado, em Coimbra, e exigiu a entrega das armas que estavam sob os seus cuidados, no castelo da cidade. A gota d’água foi a tentativa do duque de Bragança de passar com os seus homens armados pelas terras de D. Pedro, o que lhe foi negado pelo infante. Essa postura do ex-regente enfureceu o rei. A partir daí os acontecimentos se precipitaram, culminando na Batalha de Alfarrobeira, em 20 de maio de 1449, na qual as hostes régias enfrentaram o exército de D. Pedro, que acabou sofrendo ali uma morte aviltante (PINA, 1977a, p. 700-749).

Depois de uma longa e comovente “Exclamaçam a morte do Yfante D. Pedro” (PINA, 1977a, p. 749-752), onde o inocenta de todas as acusações, o cronista reserva o capítulo 125 da *Crónica de D. Afonso V* para tratar “Das feiçoões custumes e virtudes do Yfante Dom Pedro”. Acompanhemos a *descriptio* de Pina (1977a, p. 753):

Ho Yfante Dom Pedro por certo foy hum syngullar Pryncepe, dino de louvor antre os bõs e louvados Pryncepes, que no mundo em seu tempo ouve, homem de grande corpo, e de seus membros em todo bem proporcionado, e de poucas carnes, teve o rosto comprido, nariz grosso, olhos hum pouco moles, os cabellos da cabeça crespos, e os da barba algum tanto ruyvos como Yngrés, seu andar apée era vagaroso e com grande repouso, suas palavras eram graciosas, com doce orgam de dizer, e nas Sentenças muy graves e sustanciaaes, e quando alguma sanha o tocava era sua cara muy temerosa, e porém nom lhe durava muyto, cá por syso ou condiçam natural, logo se lembrava de mansydam e temperança.

Além dos lugares-comuns próprios da prosopografia de um príncipe, como uma boa proporção do corpo e dos membros, Pina particulariza alguns aspectos da compleição física de D. Pedro. As “poucas carnes” indicariam um corpo esbelto, o que se confirma, logo a seguir, na elegância do seu andar. Para tornar verossímil a afirmação de que o ex-regente tinha barba ruiva, o cronista lembra ao público a sua ascendência régia inglesa, Plantageneta, pelo lado materno. E, uma vez mais, os “olhos moles”. Diferentemente dos de D. Duarte, contudo, os de D. Pedro só o eram “hum pouco”, resultado provável das ingratidões sofridas nos seus últimos anos de vida. Comedido nas palavras, mesmo quando o assunto era grave, a voz do duque de Coimbra era agradável de se ouvir. Por outro lado, suas expressões faciais mostravam bem quando estava irado, o que causava temor nos que o viam, mas, logo, exercendo as virtudes da mansidão e da temperança, o infante voltava a exhibir um semblante agradável.

A temperança foi ainda demonstrada por D. Pedro em diversas ocasiões: quando, para sua própria segurança, foi-lhe necessário vingar-se dos seus inimigos, fê-lo com justiça, sem excessos; em sua vida conjugal, manteve sempre fidelidade à esposa, D. Isabel de Urgel (1409-

1459), de quem castamente se afastava nos dias santos; e, ao caçar, nunca descuidou das demais obrigações (PINA, 1977a, p. 753-754).

Embora fosse príncipe e rico, D. Pedro, como convinha a um “homem honesto, prudente, e de grande autorydade”, não era de ostentação nos “trajos e maneyra de viver”. Na Quaresma, usava a mesma roupa, dia e noite, e dormia em cama simples. Catolicíssimo e temente a Deus, distribuiu esmolas a igrejas, honrou os clérigos, orava com frequência e demonstrou especial devoção para com o Arcanjo São Miguel, que, dizia-se, lhe curou de uma doença grave que tivera em criança (PINA, 1977a, p. 753-754).

“Pryncype [...] bem latinado” (PINA, 1977a, p. 754), D. Pedro traduziu para o português o *De Regimine Principum*, de Egídio Romano, o *De Officiis*, de Cícero, e o *De Re Militari*, de Vegécio. Ademais, escreveu, ou compilou, junto com frei João Verba, seu confessor, o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*. Depois de ter viajado pelo mundo, qual cavaleiro andante – daí a alcunha *o das Sete Partidas*³ –, tendo recebido na Inglaterra, em 1427, a Ordem da Jarreteira (CORREIA, 2000, p. 45), D. Pedro levou novos costumes, aprendidos em cortes estrangeiras, à sua terra natal. Foi ele, quando tutelou D. Afonso V, quem introduziu o hábito de os reis portugueses comerem em público, acompanhados de membros da nobreza, sob a alegação de que as mesas dos monarcas “devyam ser escollas de sua Corte”. Naquelas ocasiões, liam-se e debatiam-se “proveytosos lyvros, [...] de que se tomava muyto insyno e doutrina” (PINA, 1977a, p. 754). Assim, uma vez mais, Pina atualiza na *persona* de um príncipe avisino – aquele que mais lhe fascinava – o *topos sapientia et fortitudo*.

O cronista conclui a sua écfrase laudatória a D. Pedro convencido de que, se “em sua vida este mundo lhe foy tam yngrato”, certamente Deus o recompensou com a salvação da sua alma (PINA, 1977a, p. 754).

O duque de Viseu

Se agora, por fim, vamos tratar de D. Henrique, não deveríamos, seguindo a lógica por nós utilizada de introduzir o infante pelo seu cognome, referirmo-nos a ele como *o Navegador*? Ao que se sabe, tal alcunha surgiu em meados do século XIX. Apesar do mito, D. Henrique não navegou muito – basicamente pela costa portuguesa e algumas vezes entre o Algarve e o Marrocos, trajeto curto, aliás (RUSSELL, 2004, p. 22). E tampouco foi um grande incentivador das navegações marítimas – ao menos na maior parte da sua vida. Embora detivesse o monopólio do comércio atlântico-guineense desde 1443, D. Henrique destinava sua atenção, seus homens e seus navios mormente às expedições guerreiras norte-africanas, o que não poucas vezes interrompeu, ou adiou, novas explorações além-Bojador (BOXER, 2001, p. 43). Só no final da sua vida é que os “tratos da Guiné” vieram a atrair, de fato, a sua atenção, mas apenas na medida em que se mostravam fontes de renda para as suas investidas sobre o Marrocos (MARQUES, 1997, p. 237-240).

3 O epônimo originou-se do *Libro del Infante Don Pedro de Portugal*, escrito por um Gómez de Santisteban, no século XV, onde o autor afirma ter acompanhado D. Pedro em sua peregrinação pelas quatro “partidas”, ou partes, do mundo. Edições castelhanas do século XVI logo aumentaram tais “partidas” para sete (CORREIA, 2000; FERNÁNDEZ DURO, 1903).

Que dizer, então, das navegações narradas por Zurara na *Crónica de Guiné*, atribuídas exclusivamente a D. Henrique? Segundo José de Bragança (1973) e Vitorino Magalhães Godinho (2008), a iniciativa de tais expedições marítimas deveu-se, sobretudo, ao regente D. Pedro, o que estaria bastante claro na primeira versão da crônica, saída da pena de um Afonso Cerveira. Vale destacar que o arco temporal abrangido nessa narrativa tem início com a ultrapassagem do Cabo Bojador, em 1434, ainda no reinado de D. Duarte, e termina em 1448, quando D. Afonso V pôs fim ao governo petrino (ZURARA, 1973, p. 406). O grosso dos acontecimentos se deu, pois, sob a regência de D. Pedro. Ora, Zurara concluiu a primeira versão da *Crónica de Guiné* em 1453, quando ainda vigorava a *damnatio memoriae* imposta pelo monarca ao falecido sogro. Caberia ao cronista, portanto, rearranjar a história escrita por Afonso Cerveira e, através do esquecimento intencional da regência petrina e de uma narrativa ambígua, atribuir os feitos dos portugueses na Guiné a D. Henrique, leal partidário de D. Afonso V em Alfarrobeira (GUIMARÃES; MOREIRA, 2021, p. 20-23).

Foi no contexto do final da regência de D. Pedro, a propósito, que Zurara substituiu Fernão Lopes como cronista-mor. Ele afirma em sua narrativa de estreia, a *Crónica da Tomada de Ceuta*, que D. Afonso V, assim que assumiu o governo, em 1448, incumbiu-o de continuar a história do reinado de D. João I (ZURARA, 1992, p. 45). Mais adiante, Zurara (1992, p. 75) diz que começara a ouvir as testemunhas da conquista de Ceuta, inclusive o próprio D. Pedro, ainda durante a regência. Concluída em março de 1450, menos de um ano após a tragédia de Alfarrobeira, a primeira crônica zurariana deliberadamente olvida o ex-regente enquanto personagem (DUARTE, 2005, p. 45).

Como memória e esquecimento não se reduzem a oposições binárias, mas coexistem e constituem-se mutuamente, como argumenta Paul Ricoeur (2007), o apagamento de D. Pedro, *persona non grata* de D. Afonso V, efetuado por Zurara, serviu, ao mesmo tempo, para dar realce a uma boa memória de D. Henrique. Tal assertiva é válida tanto para a *Crónica da Tomada de Ceuta* quanto para a *Crónica de Guiné*. Somente após a revogação da *damnatio memoriae* de D. Pedro, em 1455, é que Zurara pôde, com autorização régia, louvar os feitos do ex-regente, o que é bem perceptível nas suas duas últimas crônicas, dedicadas aos Meneses (GUIMARÃES; MOREIRA, 2021).

O elogio às feições corporais, virtudes e costumes de D. Henrique encontra-se no capítulo 4 da *Crónica de Guiné*, o qual, segundo Costa Pimpão, Duarte Leite e António Joaquim Dias Dinis, originalmente fazia parte de uma perdida *Crónica dos Feitos do Infante D. Henrique*, ou *Panegírico do Infante*, que teria sido posteriormente fundida, de maneira truncada, à *Crónica de Guiné* propriamente dita (Cf. DINIS, 1949, p. 255-497). José de Bragança (1973), Luís Filipe Barreto (1983) e Torquato Soares (1989) opõem-se a essa tese e defendem que a crônica, tal como nos chegou, através do manuscrito de Paris, foi concebida e escrita como um todo coeso. Um meio termo é oferecido por Albano Figueiredo (2005), que se mostra receptivo à ideia de duas obras zurarianas distintas, mas fundidas depois de forma coerente.

Detenhamo-nos, enfim, no dito capítulo (ZURARA, 1973, p. 21-25). Apelando para o imperativo da *breuitas*, Zurara diz que não seguirá o exemplo de “alguns historiaes”, que tinham por costume louvar as virtudes do príncipe desde “sua primeira idade”. A seguir, arrazoa que um belo corpo *per se* não garante uma vida sem vícios. Vêm-nos aqui à mente Aristóteles, Cícero e o Anônimo da *Retórica a Herênio*, que, como vimos na introdução, ensinam que as vantagens do

corpo só merecem ser louvadas quando utilizadas para a demonstração de virtudes. Prossegue Zurara (1973, p. 21-22):

[...] este nobre Príncipe houve a estatura do corpo em boa grandeza, e foi homem de carnadura grossa e de largos e fortes membros; a cabeladura havia algum tanto alevantada; a cor de natureza branca, mas pela continuação do trabalho por tempo tornou doutra forma. [...] Sem comparação, foi cubiçoso de acabar grandes e altos feitos. Luxuria nem avareza, nunca em seu peito houvera repouso, porque assim foi temperado no primeiro auto, que toda sua vida passou em limpa castidade, e assim que virgem o recebeu a terra.

O corpo de D. Henrique, grande, bem proporcionado e forte, foi de tal modo posto a serviço do bem comum que a própria cor da sua pele, originalmente branca, “pela continuação do trabalho”, tornou-se, como podemos depreender das palavras do cronista, bronzeada. A seguir, Zurara (1973, p. 22-23) amplifica os “trabalhos”, ou seja, os feitos notáveis, do duque de Viseu: assevera que incontáveis foram as noites que “seus olhos não conheceram sono”, e compara-o a Atlas, “o gigante”, a suportar os céus sobre os ombros.

Devido ao seu temperamento fleumático, segundo Zurara (1973, p. 23-25), D. Henrique era “em algumas cousas vagaroso”, tinha o “gesto assossegado” e a “palavra mansa”. Tais características conferiam-lhe, conforme a teoria dos humores, um ar solene e austero (CARVALHO, 2011, p. 111).

O duque de Viseu usou o seu corpo com temperança: absteve-se do sexo e do vinho; da sua boca nunca se ouviu palavra “torpe nem deshonesto”; e jejuava, em respeito aos dias santos, quase metade do ano, o que confirma sua obediência “a todolos mandados da santa Igreja”. (ZURARA, 1973, p. 23-25).

D. Henrique foi mui liberal, acolhendo em sua casa, não sem grandes despesas, todos os que a ele acorriam, naturais e estrangeiros: “Este foi o Príncipe sem coroa segundo meu cuidar, que mais e melhor gente teve de sua criação” (ZURARA, 1973, p. 22).

Foi, ademais, um súdito leal aos monarcas portugueses, “especialmente a el-Rei D. Afonso [V], no começo de seu novo regimento” (ZURARA, 1973, p. 24). A referência a Alfarrobeira, aqui apenas sugerida, é explicitada no capítulo seguinte, onde o cronista sentencia: “[...] se o meu entender para isto basta, justamente posso dizer que lealdades dos homens de todolos seculos foram nada em comparação da sua” (ZURARA, 1973, p. 31). Não nos esqueçamos de que D. Henrique, na Batalha de Alfarrobeira, esteve do lado das hostes régias contra o seu próprio irmão, D. Pedro, a quem viu morrer de forma ultrajante. Haveria súdito mais fiel?

A fortaleza, isto é, a coragem, era outra virtude do terceiro dos infantes, que “se deleitava muito no trabalho das armas, especialmente contra os inimigos da santa fé”. Não tinha medo de nada, “senão de pecar”. Embora não tenha deixado produção literária, como seus irmãos mais velhos, D. Henrique tinha “agudeza de engenho [...] em mui excelente grau”. Portanto, também o duque de Viseu, segundo Zurara (1973, p. 22-25), encarnava o *topos sapientia et fortitudo*.

Por mais que um cronista, em sua manipulação da memória e do esquecimento a serviço do poder, pudesse, através da configuração da narrativa, omitir alguns fatos embaraçosos (RICOEUR, 2007), Zurara, por ter escrito sobre acontecimentos recentes, tinha como público

peessoas que sabiam de alguns atos reprováveis de D. Henrique que afetaram a todo o reino. O cronista, portanto, teria de o defender de tais acusações. Fê-lo, como vimos, em relação a Alfarrobeira. Mas faltava tratar da infeliz expedição a Tânger, cujo capitão foi, precisamente, D. Henrique. Murmurava-se na corte que o infante falhara na justiça distributiva, pois recompensou mais aos seus criados que fugiram de Tânger na primeira oportunidade do que aqueles que se mantiveram consigo, cercados pelos mouros, até o fim. Zurara (1973, p. 24) não escamoteia essa espinhosa questão: ancorando-se na autoridade de Cícero, que “manda que o autor possa razoar sobre seu escrito o que lhe justamente parecer”, o cronista promete defender D. Henrique no sexto capítulo, o que de fato faz, valendo-se, para tanto, de preceptivas da retórica judicial (GUIMARÃES; MOREIRA, 2012).

Considerações finais

Apenas Zurara conheceu o príncipe cujas feições corporais e virtudes elogiou. Pina descreveu, de forma laudatória, um rei e um infante que já haviam morrido há décadas. Isso não garante, porém, que o retrato oferecido por Zurara seja mais “realista” do que aqueles pintados por Pina. Ambos, afinal, compuseram seus textos seguindo preceituações ecfrásticas que tinham circularidade em seu tempo. Não ensina Aristóteles (2008, p. 67-69) que, na imitação de “homens melhores”, deve-se pintá-los mais belos do que de fato eram? Semelhantemente, os cronistas que escreveram durante a vigência da instituição retórica, embora tivessem como critérios a verdade, a verossimilhança e o respaldo em autoridades, não acabavam, no final, relatando o que deveria ter acontecido (ou sido), e não necessariamente o que aconteceu (ou foi)? (GUENÉE, 2017).

E é por isso que, afora umas poucas particularizações, os retratos de D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique feitos por Pina e Zurara são tão parecidos: os três infantes tinham corpos bem proporcionados, membros fortes, eram temperados, mansos, sábios, corajosos, sisudos, católicos, piedosos etc. Trata-se, nas palavras de Lindley Cintra (1960, p. 140), de um “retrato moral paradigmático”, que toma por base a condição principesca dos retratados, e não as suas personalidades individuais.

Não atentou para isso Oliveira Martins (1958 [1891]), que, no seu clássico *Os Filhos de D. João I*, não fez mais que amplificar, com fortes pinceladas psicologizantes, os retratos dos infantes compostos por Zurara e Pina, tomados por ele como “provas” históricas. Duarte Leite (1941, p. 133), por sua vez, aceitou como vera-efígie a *descriptio* de D. Henrique saída da pena de Zurara. Um e outro, por desconsideraram as preceptivas próprias da écfrase disponibilizadas pela instituição retórica e atualizadas pelos cronistas-mores, incorreram, pois, em anacronismo.

Conseguiram Zurara e Pina, afinal, oferecer retratos vívidos e verossímeis de D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique? Pudemos constatar que, sim, os dois cronistas atualizaram tópicos prosopográficos e etopeicas ao descreverem os três primeiros infantes da *Ínclita Geração*, mas apenas o público coevo, que partilhava com eles de uma mesma memória coletiva dos lugares-

comuns da éfrase (HANSEN, 2019b, p. 181), poderia julgar com propriedade se Zurara e Pina alcançaram o seu fim, qual seja, o de produzir um efeito de presença ao retratarem, em suas histórias, pessoas ausentes (MARIN, 2009).

Referências

AMADO, T. **Fernão Lopes, contador de história**: sobre a *Crónica de D. João I*. Lisboa: Estampa, 1997.

ANÔNIMO. **Retórica a Herênio**. Trad. Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Vincenzo Cocco. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 245-436.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Jr. et al. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. Ana Maria Valente. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

BARRETO, L. F. **Descobrimentos e Renascimento**: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

BARROS, J. de. **Ásia**: Primeira Década. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

BOXER, C. R. **O império marítimo português**: 1415-1825. Trad. Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 2001.

BRAGANÇA, J. de. Introdução e considerações preliminares. In: ZURARA, G. E. de. **Crónica de Guiné**. 2. ed. Barcelos: Civilização, 1973, p. IX-LXXXIV.

CAMÕES, L. de. **Os lusíadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

CARDOSO, E. W. A história como pintura: da dimensão pictórica à textual na historiografia francesa da primeira metade do século XIX. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v.12, n.30, p. 170-197, 2019.

CARVALHO, H. **Vir sapiens dominabitur astris**: astrological knowledge and practices in the Portuguese medieval court (King João I to king Afonso V). Dissertação (Mestrado em História Medieval). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2011.

CICERÓN. **La invención retórica**. Trad. Salvador Núñez. Madrid: Gredos, 1997.

CINTRA, L. F. L. D. Duarte. In: CIDADE, Hernâni (Dir.). **Os grandes portugueses**. Lisboa: Arcádia, 1960, p. 139-154.

CORREIA, M. S. **As viagens do infante D. Pedro**. Lisboa: Gradiva, 2000.

COSTA, J. P. O. **D. Manuel I: 1469-1521: um príncipe do Renascimento**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

CURTIUS, E. R. **Literatura européia e Idade Média Latina**. Trad. Teodoro Cabral. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

DINIS, A. J. D. **Vida e obras de Gomes Eanes de Zurara**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949.

DUARTE, L. M. **D. Duarte: requiem por um rei triste**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

DUARTE, L. M. **Ceuta: 600 anos depois**. Lisboa: Horizonte, 2015.

FERNÁNDEZ DURO, C. **Viajes del infante D. Pedro de Portugal en el siglo XV**. Madrid: Cuerpo de Artillería, 1903.

FIGUEIREDO, A. Viagem, cavalaria e conquista na *Crónica de Guiné* de Gomes Eanes de Zurara. In: **Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval**. Porto: Universidade do Porto, 2005, p. 25-33.

GINZBURG, C. *Ekphrasis* e citação. In: GINZBURG, C. **A micro-história e outros ensaios**. Trad. António Narino. Lisboa: Difel, 1991, p. 215-232.

GODINHO, V. M. **A expansão quatrocentista portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

GÓIS, D. de. **Crónica do felicíssimo rei D. Manuel**. v. IV. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

GOMES, R. C. Rui de Pina. In: LANCIANI, G.; TAVANI, G. (Org. e coord.). **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Trad. José Colaço Barreiros e Artur Guerra. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1993, p. 597-598.

GUENÉE, B. História. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. **Dicionário analítico do Ocidente Medieval**. v. I. Trad. coord. Hilário Franco Júnior. São Paulo: EDUNESP, 2017, p. 583-598.

GUIMARÃES, J. S.; MOREIRA, M. *Ad regem*: usos das retóricas epidíctica e judicial na dedicatória da *Crónica de Guiné* (Século XV). **Esboços**, Florianópolis, v.19, n.27, p. 288-313, ago. 2012.

GUIMARÃES, J. S.; MOREIRA, M. Danação e redenção da memória do infante D. Pedro nas crônicas de Gomes Eanes de Zurara. **Revista de História**, São Paulo, n.180, p. 1-36, 2021.

HANSEN, J. A. **A sátira e o engenho**: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. 2. ed. São Paulo: Ateliê; Campinas: EDUNICAMP, 2004.

HANSEN, J. A. Categorias epidícticas da *ekphrasis*. In: HANSEN, J. A. **Agudezas seiscentistas e outros ensaios**. São Paulo: EDUSP, 2019a, p. 257-286.

HANSEN, J. A. Lugar-comum. In: HANSEN, J. A. **Agudezas seiscentistas e outros ensaios**. São Paulo: EDUSP, 2019b, p. 173-186.

HARTOG, F. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira e Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

KANTOROWICZ, E. H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAUSBERG, H. **Elementos de retórica literária**. Trad. R. M. Rosado Fernandes. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

LEITE, D. **Acerca da “Cronica dos feitos de Guinee”**. Lisboa: Bertrand, 1941.

LOPES, F. **Crónica de D. Fernando**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

MARIN, L. Poder, representación, imagen. **Prismas**, Buenos Aires, n.13, p. 135-153, 2009.

MARQUES, A. H. de O. **História de Portugal**. v. I. Das origens ao Renascimento. Lisboa: Presença, 1997.

MARTINS, J. P. O. **Os filhos de D. João I**. Lisboa: Guimarães, 1958. 2v.

MOTA, I. M. H. F. A imagem do rei na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*: um estudo preliminar. **Revista de História das Ideias**, Coimbra: Universidade de Coimbra, v.11, p. 103-111, 1989.

NORTE, A. **Os intelectuais em Portugal na Idade Média: o retrato das suas maiores figuras, de Santo António a Gil Vicente**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2020.

PESSOA, F. **Mensagem**. Lisboa: Parceria Antonio Maria Ferreira, 1934.

PINA, R. de. **Chronica do senhor rey D. Affonso V**. In: PINA, R. de. **Crónicas de Rui de Pina**. Porto: Lello & Irmão, 1977a, p. 576-881.

PINA, R. de. **Chronica do senhor rey D. Duarte**. In: PINA, R. de. **Crónicas de Rui de Pina**. Porto: Lello & Irmão, 1977b, p. 477-575.

PIZARRO, J. A. de S. M. **D. Dinis**. Lisboa: Temas e Debates, 2008.

RICOEUR, P. **A história, a memória, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas: EDUNICAMP, 2007.

RODOLPHO, M. Écfrase e evidência. **Letras Clássicas**, São Paulo, v.18, n.1, p. 94-113, 2014.

RUSSELL, P. Las armas contra las letras: para una definición del humanismo español del siglo XV. In: RUSSELL, P. **Temas de La Celestina y otros estudios: del Cid al Quijote**. Barcelona: Ariel, 1978.

RUSSELL, P. **Henrique, o Navegador**. Trad. Ana Carvalho. Lisboa: Horizonte, 2004.

SERRÃO, J. V. **A historiografia portuguesa: doutrina e crítica**. v. I. Séculos XII-XVI. Lisboa: Verbo, 1972.

SINKEVISQUE, E. O estilo em *Como se deve escrever a história*, de Luciano. **Nuntius Antiquus**, v.9, p. 45-57, 2013.

SOARES, T. de S. Comentário. In: ZURARA, G. E. de. **Crónica dos feitos de Guiné**. Lisboa: Alfa, 1989, p. 185-230.

SOUSA, A. C. de. **Historia genealogica da casa real portugueza**. t. I. Lisboa: Academia Real, 1735.

SOUSA, A de. A morte de D. João I (um tema de propaganda dinástica). **Lucerna**, Porto, n. esp., separata, p. 417-487, 1984.

ZURARA, G. E. de. **Crónica de Guiné**. 2. ed. Barcelos: Civilização, 1973.

ZURARA, G. E. de. **Crónica da tomada de Ceuta**. Lisboa: Europa-América, 1992.